



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de março de 2017

BANCO RCI BRASIL S.A.

	Pág.
Índice das Informações Trimestrais:	
Comentário de Desempenho	1
Demonstrações Financeiras:	
Balanços Patrimoniais	3
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9
Relação dos Administradores	20
Relatório do Auditor Independente	21

BANCO RCI BRASIL S.A.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as informações trimestrais do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil), relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação resultou na extinção da RCI CFI e no aumento de capital do Banco RCI Brasil, no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$1.330 milhões em 31 de março de 2017, apresentando evolução de 0,2% em relação a R\$1.328 milhões em 31 de dezembro de 2016 em função. O lucro líquido apresentado no período foi de R\$29 milhões em comparação ao prejuízo de R\$39 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 31 de março de 2017, os ativos totais atingiram R\$9.933 milhões, e estão representados principalmente pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$8.490 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.380 milhões, representam uma carteira líquida de R\$7.110 milhões.

Em 31 de março de 2017, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas principalmente por depósitos interfinanceiros no montante de R\$1.389 milhões, recursos de aceites cambiais R\$1.149 milhões e letras financeiras R\$2.809 milhões.

Conjuntura Econômica

Nos primeiros três meses de 2017, a atividade econômica apresentou sinais distintos. Por um lado, os indicadores de confiança, tanto do empresariado quanto do consumidor, retomaram a trajetória de alta, e importantes segmentos da agropecuária (em que pese o impacto negativo da "Operação Carne Fraca") e da indústria mostraram dados de aumento da produção. Por outro lado, as atividades de serviços e comércio continuaram em níveis preocupantes, o que manteve a cautela do mercado acerca da intensidade de recuperação da economia local. Em suma, o Banco Santander mantém a avaliação de que o PIB Brasileiro voltará a crescer em 2017, após dois anos de forte contração, sendo que o resultado do primeiro trimestre deverá interromper uma longa sequência de oito variações negativas seguidas. Todavia, essa recuperação deverá ocorrer a um ritmo lento e gradual, com evidências mais consistentes somente a partir da segunda metade do ano.

Além da melhora dos indicadores de confiança, a expectativa do Banco Santander acerca do crescimento da economia brasileira este ano é apoiada principalmente pelos seguintes fatores: (i) fim do ciclo de ajuste de estoques em grandes cadeias produtivas; (ii) menor percepção de risco sobre o ambiente macroeconômico local; (iii) estabilização dos salários reais; (iv) melhora das condições financeiras, levando à desobstrução do mercado de crédito; (v) elevação dos termos de troca (preços das exportações/preços das importações); e (vi) forte expansão das safras agrícolas.

A despeito desse quadro mais positivo, a trajetória ascendente da taxa de desemprego não deverá ser revertida nos próximos meses, inibindo um crescimento mais rápido do consumo das famílias e, conseqüentemente, do PIB. Nesse sentido, é válido mencionar que as últimas divulgações do IBGE mostraram aumento adicional da taxa de desocupação na economia brasileira, que já se situa em 13,0% (o equivalente a cerca de 13,5 milhões de pessoas).

BANCO RCI BRASIL S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Já no campo da inflação, as notícias têm sido cada vez mais positivas. De fato, as publicações do IPCA nos últimos meses revelaram variações abaixo das expectativas do mercado, com destaque para o perfil bastante amplo de desaceleração dos preços e o Banco Santander tem observado uma redução nas pressões sobre preços nos grupos de serviços, bens industriais, alimentação no domicílio, entre outras. Além da menor demanda (procura por bens e serviços na economia), cabe ressaltar a contribuição da ancoragem das expectativas, taxa de câmbio relativamente apreciada e maior oferta de produtos agropecuários.

Esse cenário de queda contínua da inflação vem abrindo espaço para um ritmo cada vez mais intenso de afrouxamento da política monetária. Após dois cortes de 0,75 p.p. nas reuniões de janeiro e fevereiro de 2017 do COPOM - Comitê de Política Monetária, a taxa básica de juros deve continuar sendo reduzida, chegando a 8,50% até o final do ano (mesmo nível projetado pelo Banco Santander para 2018).

No que diz respeito à taxa de câmbio, espera-se continuidade dos patamares relativamente apreciados da moeda brasileira (a cotação média ficou ao redor de R\$/US\$3,15 no primeiro trimestre), em linha com a ampla liquidez internacional, elevação dos preços internacionais de commodities e sinais mais favoráveis no cenário macroeconômico doméstico. No entanto, o Banco Santander mantém o prognóstico de que a taxa de câmbio atingirá níveis mais depreciados no final do ano (o Banco Santander projetou R\$/US\$ 3,50), já que existe um maior ceticismo quanto ao ritmo de crescimento da economia global (logo, o Banco Santander não vê os níveis atuais das cotações de commodities como sustentáveis), o Banco prevê expressiva redução do diferencial de juros e percebe riscos relevantes no que tange à dinâmica das contas fiscais domésticas. A propósito, o Banco Santander acredita que os resultados primários do setor público continuarão deficitários nos próximos anos, em que pese a melhora da arrecadação tributária que tende a ser gerada pela retomada do crescimento econômico; portanto, a aprovação das reformas propostas pelo governo (destaque para a Previdência Social) se apresenta como crucial para a estabilização da razão entre a dívida pública e o PIB no longo prazo.

Nesse contexto de consumo e investimentos ainda reduzidos, e bancos cautelosos na concessão de novos empréstimos, o crédito segue em retração na comparação anual (queda de 3,5% em fevereiro de 2017 comparativamente ao mesmo do ano anterior). Contudo, o Banco avalia que a recuperação da confiança dos empresários e consumidores, combinada com a redução da taxa Selic, deverá reverter a trajetória de queda do saldo de crédito ao longo dos próximos meses, ainda que a um ritmo moderado devido ao elevado endividamento das famílias e empresas.

Outras Informações

O Banco RCI Brasil tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no trimestre findo em 31 de março de 2017, não foram contratados da KPMG Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 12 de maio de 2017
O Conselho de Administração
A Diretoria

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/03/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		4.631.500	4.658.503
Disponibilidades	4 & 20.d	25.032	23.610
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	-	17.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	17.011
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		517.105	523.376
Carteira Própria	5.a	510.937	497.183
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	6.168	26.193
Relações Interfinanceiras	6	306.350	282.437
Depósitos no Banco Central		306.350	282.437
Operações de Crédito		3.610.229	3.641.039
Setor Privado	8.c	3.157.607	3.241.236
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	524.435	476.180
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.e	(71.813)	(76.377)
Operações de Arrendamento Mercantil		(3.405)	(1.832)
Setor Privado	8.a	134.122	138.799
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(131.177)	(135.379)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.e	(6.350)	(5.252)
Outros Créditos		130.415	128.870
Créditos Tributários	9.a	89.641	76.986
Rendas a Receber		1.629	1.022
Diversos	10	39.145	50.862
Outros Valores e Bens		45.774	43.992
Outros Valores e Bens		902	924
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	(12)
Despesas Antecipadas		44.884	43.080
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.169.428	3.167.555
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		128.665	124.752
Carteira Própria	5.a	128.665	124.490
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	-	262
Operações de Crédito		2.576.853	2.597.439
Setor Privado	8.c	2.287.483	2.313.280
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	377.341	374.045
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.e	(87.971)	(89.886)
Operações de Arrendamento Mercantil		2.392	3.824
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	8.a	206.591	215.719
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(195.628)	(204.590)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.e	(8.571)	(7.305)
Outros Créditos		455.680	433.336
Créditos Tributários	9.a	279.921	260.894
Diversos	10	175.759	172.442
Outros Valores e Bens		5.838	8.204
Despesas Antecipadas		5.838	8.204
Permanente		2.132.474	2.204.732
Imobilizado de Uso	12	1.820	1.835
Outras Imobilizações de Uso		3.241	3.166
(Depreciações Acumuladas)		(1.421)	(1.331)
Imobilizado de Arrendamento	11	2.128.260	2.200.634
Bens Arrendados		2.059.083	2.129.268
Superveniência de Depreciação		924.153	962.015
(Depreciações Acumuladas)		(854.976)	(890.649)
Intangível	13	2.394	2.263
Outros Ativos Intangíveis		5.881	5.588
(Amortizações Acumuladas)		(3.487)	(3.325)
Total do Ativo		9.933.402	10.030.790

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo Circulante		3.995.486	4.184.214
Depósitos		1.031.043	1.042.315
Depósitos à Vista		2.853	2.666
Depósitos Interfinanceiros	14.a	1.028.190	1.039.649
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	1.654.156	1.798.191
Recursos de Aceites Cambiais		611.272	553.811
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.042.884	1.244.380
Outras Obrigações		1.310.287	1.343.708
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		4.204	2.957
Sociais e Estatutárias		534	83.563
Fiscais e Previdenciárias	15	33.969	13.935
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	83.419	39.833
Diversas	16	1.188.161	1.203.420
Passivo Exigível a Longo Prazo		4.607.645	4.519.048
Depósitos		361.122	301.195
Depósitos Interfinanceiros	14.a	361.122	301.195
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.304.381	2.292.436
Recursos de Aceites Cambiais		537.977	536.444
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.766.404	1.755.992
Outras Obrigações		1.942.142	1.925.417
Fiscais e Previdenciárias	15	231.083	241.227
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	85.882	68.175
Diversas	16	1.625.177	1.616.015
Resultados de Exercícios Futuros		1	4
Resultados de Exercícios Futuros		1	4
Patrimônio Líquido	18	1.330.270	1.327.524
Capital Social:		985.225	985.225
De Domiciliados no País		393.015	393.015
De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
Reservas de Lucros		347.560	347.560
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(31.127)	(5.261)
Lucros Acumulados		28.612	-
Total do Passivo		9.933.402	10.030.790

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Receitas da Intermediação Financeira		463.298	367.444
Operações de Crédito		276.362	287.067
Operações de Arrendamento Mercantil		171.900	175.803
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		19.704	14.823
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	(13.459)	(118.605)
Resultado das Aplicações Compulsórias		8.791	8.356
Despesas da Intermediação Financeira		(372.457)	(414.406)
Operações de Captação no Mercado		(171.661)	(210.959)
Operações de Arrendamento Mercantil		(148.468)	(152.924)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(52.328)	(50.523)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		90.841	(46.962)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(40.665)	(19.309)
Receitas de Prestação de Serviços		1.918	1.567
Rendas de Tarifas Bancárias	20	14.699	13.670
Despesas de Pessoal		(7.366)	(6.012)
Outras Despesas Administrativas	21	(31.114)	(26.264)
Despesas Tributárias		(3.618)	(2.958)
Outras Receitas Operacionais	22	12.787	15.423
Outras Despesas Operacionais	23	(27.971)	(14.735)
Resultado Operacional		50.176	(66.271)
Resultado não Operacional	24	6.627	8.099
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		56.803	(58.172)
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(26.565)	19.207
Provisão para Imposto de Renda		(14.666)	3.239
Provisão para Contribuição Social		(24.052)	(9.055)
Ativo Fiscal Diferido		12.153	25.023
Participação dos Empregados no Lucro		(1.626)	(260)
Lucro Líquido (Prejuízo)		28.612	(39.225)
Nº de Ações (Mil)	18	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		70.822	(97.092)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	448.152	24.845	341.320	-	-	814.317
Aumento de Capital	537.073	-	-	-	-	537.073
Lucro Líquido	-	-	-	-	(39.225)	(39.225)
Saldos em 31 de Março de 2016	985.225	24.845	341.320	-	(39.225)	1.312.165
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	985.225	28.806	318.754	(5.261)	-	1.327.524
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(25.866)	-	(25.866)
Lucro Líquido	-	-	-	-	28.612	28.612
Saldos em 31 de Março de 2017	985.225	28.806	318.754	(31.127)	28.612	1.330.270

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 31/03/2017</u>	<u>01/01 a 31/03/2016</u>
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido (Prejuízo)		28.612	(39.225)
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo)		38.689	(18.332)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	52.328	50.523
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(21.913)	(69.736)
Depreciações e Amortizações		252	161
Provisão (Reversão) de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c	12.641	4.842
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(3.296)	(3.005)
Atualização de Impostos a Compensar	22	(1.323)	(1.117)
Variações em Ativos e Passivos		259.024	167.681
Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		18.256	70.671
Redução em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		27.643	586.590
Aumento em Depósitos no Banco Central		(23.913)	(7.937)
Redução em Outros Créditos		12.412	94.451
Redução em Outros Valores e Bens		562	13.916
Redução (Aumento) em Depósitos		48.655	(535.604)
(Aumento) Redução em Outras Obrigações		202.315	(15.907)
Imposto Pago		(26.903)	(38.499)
Redução em Resultados de Exercícios Futuros		(3)	-
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		326.325	110.124
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(75)	(43)
Aplicações no Intangível		(293)	(233)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		(368)	(276)
Atividades de Financiamento			
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		490.023	348.600
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(748.415)	(438.015)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18.b	(83.154)	(7.480)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(341.546)	(96.895)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(15.589)	12.953
Caixa e Equivalentes de Caixa Advindo de Incorporação de Sociedade		-	32.040
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período/Exercício	4	40.621	169.359
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	25.032	214.352

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 31/03/2017</u>	<u>01/01 a 31/03/2016</u>		
Receitas da Intermediação Financeira		463.298		367.444	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		16.617		15.237	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(52.328)		(50.523)	
Outras Receitas e Despesas		(8.557)		8.787	
Despesas da Intermediação Financeira		(320.129)		(363.883)	
Insumos de Terceiros		(30.679)		(25.879)	
Serviços de Terceiros		(10.130)		(9.147)	
Outros		(20.549)		(16.732)	
Valor Adicionado Bruto		68.222		(48.817)	
Retenções					
Depreciações e Amortizações		(252)		(161)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		67.970		(48.978)	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		7.870	11,5%	5.317	-10,8%
Remuneração		5.933		3.626	
Benefícios		1.053		1.023	
FGTS		402		329	
Outras		482		339	
Impostos, Taxas e Contribuições		31.304	46,1%	(15.295)	31,2%
Federais		29.600		(17.081)	
Municipais		1.704		1.786	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		184	0,3%	225	-0,5%
Remuneração de Capitais Próprios		28.612	42,1%	(39.225)	80,1%
Reinvestimentos de Lucros (Prejuízo do Período)		28.612		(39.225)	
Total		67.970	100,0%	(48.978)	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das informações trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 12 de maio de 2017.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

f) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

O Banco RCI Brasil optou pela não aplicação temporal dos procedimentos contábeis referenciados pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014. Neste sentido com base no contido na Resolução 4.294 e Circular 3.693, as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito e arrendamento mercantil estão sendo integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

h.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

h.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

h.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

h.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das informações trimestrais, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais-Fiscais e Previdenciários

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações trimestrais. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco RCI Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às informações trimestrais.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas informações trimestrais.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

I) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações trimestrais são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2016	31/12/2015
Disponibilidades	25.032	23.610	37.336	6.175
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	17.011	177.016	163.184
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	17.011	177.016	163.184
Total	25.032	40.621	214.352	169.359

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Resumo da Carteira por Categorias

	31/03/2017		31/12/2016	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Valor de Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	639.472	130	639.602	621.673
Títulos Públicos	262.595	130	262.725	255.906
Letras do Tesouro Nacional - LTN	262.595	130	262.725	255.906
Títulos Privados	376.877	-	376.877	365.767
Cotas - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	248.212	-	248.212	241.277
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) ⁽²⁾	76.716	-	76.716	74.715
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) ⁽²⁾	51.949	-	51.949	49.775
Total	639.472	130	639.602	621.673
Circulante			510.937	497.183
Longo prazo			128.665	124.490

b) Abertura por Vencimento

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	248.212	262.725	76.716	51.949	639.602
Títulos Públicos	-	262.725	-	-	262.725
LTN	-	262.725	-	-	262.725
Títulos Privados	248.212	-	76.716	51.949	376.877
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	248.212	-	-	-	248.212
FIDC RCI Brasil I ⁽²⁾	-	-	76.716	-	76.716
FIDC RN Brasil ⁽²⁾	-	-	-	51.949	51.949
Total	248.212	262.725	76.716	51.949	639.602

(1) Referem-se a cotas Sênior e Subordinadas.

(2) Referem-se a cotas Subordinadas.

Para a abertura por vencimento da LTN e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/03/2017			31/12/2016		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
I) "Swap"						
Ativo	2.080.975	2.080.975	2.086.663	2.880.782	2.680.378	2.890.889
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	2.080.975	2.080.975	2.086.663	2.780.598	2.680.378	2.790.424
Taxa de Juros Pré Reais	-	-	-	100.184	-	100.465
Passivo	(2.100.029)	(2.100.029)	(2.152.319)	2.872.201	(2.671.797)	(2.922.284)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	-	-	-	100.220	-	(100.203)
Taxa de Juros Pré - Reais	(2.100.029)	(2.100.029)	(2.152.319)	2.771.981	(2.671.797)	(2.822.081)
"Swap" - Negociação			(65.657)			(31.395)
II) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	3.222.197	3.222.197	3.251.650	2.550.113	2.550.113	2.588.504
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	3.222.197	3.222.197	3.251.650	2.550.113	2.550.113	2.588.504
Passivo	(3.223.206)	(3.223.206)	(3.349.127)	(2.550.077)	(2.550.077)	(2.638.662)
Taxa de Juros Pré - Reais	(3.223.206)	(3.223.206)	(3.349.127)	(2.550.077)	(2.550.077)	(2.638.662)
"Hedge" de Fluxo de Caixa - Disponível para Venda			(97.477)			(50.158)
Total Diferencial a Receber			6.168			26.455
Circulante			6.168			26.193
Longo prazo			-			262
Total Diferencial a Pagar			(169.301)			(108.008)
Circulante			(83.419)			(39.833)
Longo prazo			(85.882)			(68.175)

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 31 março de 2017, o valor referencial das operações de "swap" foram registradas na Cetip, das quais, R\$647.151 até 3 meses, R\$1.066.852 de 3 a 12 meses e R\$366.972 acima de 12 meses. Nas operações de "hedge" R\$666.237 possuem vencimento até 3 meses, R\$1.199.318 possuem vencimento de 3 a 12 meses e R\$1.356.642 acima de 12 meses.

Foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$13.459 no período. O ajuste ao valor de mercado da operação de "hedge" de fluxo de caixa no montante de R\$56.173 está registrado no patrimônio líquido.

6. Relações Interfinanceiras

O saldo de R\$306.350 (2016 - R\$282.437) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições:

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de março de 2017 não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Fatores de Risco	Descrição			
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(247)	(6.938)	(13.541)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1)	(9)	(18)
Total ⁽¹⁾		(248)	(6.947)	(13.559)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Carteira de Arrendamento

	31/03/2017	31/12/2016
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	999.812	1.037.087
Arrendamentos a Receber	340.713	354.518
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	659.099	682.569
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(326.805)	(339.969)
Valores Residuais a Balancear	(659.099)	(682.569)
Outros Valores e Bens	890	912
Imobilizado de Arrendamento (Nota 11)	2.128.260	2.200.634
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 16)	(1.380.121)	(1.426.947)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente Circulante	762.937	789.148
Longo Prazo	369.153	381.289
	393.784	407.859

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$236.875 (31/12/2016 - R\$247.939).

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

	31/03/2017	31/12/2016
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil		
Vencidas	10.399	11.054
A Vencer:		
Até 1 Ano	404.792	417.965
De 1 a 5 Anos	581.775	603.942
Acima de 5 Anos	2.846	4.126
Total	999.812	1.037.087
	31/03/2017	31/12/2016
Carteira de Arrendamento a Valor Presente		
Vencidas	9.033	8.458
A Vencer:		
Até 1 Ano	369.153	381.289
De 1 a 5 Anos	383.706	397.939
Acima de 5 Anos	1.045	1.462
Total	762.937	789.148

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Carteira de Créditos

	31/03/2017	31/12/2016
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Vendor	1.072.599	1.100.285
Financiamentos - CDC Veículos	4.372.491	4.454.231
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	901.776	850.225
Total	6.346.866	6.404.741
Circulante	3.682.042	3.717.416
Longo Prazo	2.664.824	2.687.325

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito

	31/03/2017	31/12/2016
Vencidas	59.715	57.954
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.619.352	1.705.935
De 3 a 12 Meses	2.062.690	2.011.481
De 1 a 5 Anos	2.600.215	2.622.581
Acima de 5 Anos	4.894	6.790
Total	6.346.866	6.404.741

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em 31 de março de 2017, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's), referente a financiamento de veículos no montante de R\$225.080. O valor presente das operações cedidas é de R\$901.776.

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

	31/03/2017	31/12/2016
Setor Privado		
Indústria	48.326	48.214
Comércio	1.200.626	1.216.737
Instituições Financeiras	273	323
Serviços e Outros	260.612	258.383
Pessoas Físicas	5.599.707	5.669.883
Agricultura	259	349
Total	7.109.803	7.193.889

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				31/03/2017 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
		AA	-	80.687	-	80.687	-	-
A	0,5%	5.671.089	-	5.671.089	28.355	20.764	49.119	
B	1%	615.123	196.144	811.267	8.113	-	8.113	
C	3%	191.417	152.178	343.595	10.308	-	10.308	
D	10%	18.785	39.468	58.253	5.825	-	5.825	
E	30%	23.231	20.050	43.281	12.984	-	12.984	
F	50%	301	18.278	18.579	9.290	-	9.290	
G	70%	-	13.288	13.288	9.302	-	9.302	
H	100%	23	69.741	69.764	69.764	-	69.764	
Total		6.600.656	509.147	7.109.803	153.941	20.764	174.705	

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				31/12/2016 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
		AA	-	94.716	-	94.716	-	-
A	0,5%	5.718.167	-	5.718.167	28.591	20.764	49.355	
B	1%	649.001	182.085	831.086	8.312	-	8.312	
C	3%	200.665	137.724	338.389	10.152	-	10.152	
D	10%	19.467	39.571	59.038	5.904	-	5.904	
E	30%	26.048	23.059	49.107	14.732	-	14.732	
F	50%	710	17.148	17.858	8.929	-	8.929	
G	70%	-	13.638	13.638	9.547	-	9.547	
H	100%	625	71.265	71.890	71.890	-	71.890	
Total		6.709.399	484.490	7.193.889	158.056	20.764	178.820	

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Saldo Inicial	178.820	15.508
Constituição (Reversão)	52.328	50.523
Baixas	(56.443)	(33.009)
Incorporação	-	166.587
Saldo Final	174.705	199.609
Circulante	78.163	89.712
Longo Prazo	96.542	109.897

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Foram recuperados no trimestre, créditos no valor de R\$4.907 (2016 - R\$3.251), registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de arrendamento mercantil. No trimestre findo em 31 de março de 2017 não houve renegociações.

9. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	125.136	19.339	(2.251)	142.224
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	5.274	1.728	(31)	6.971
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	23.897	3.087	(105)	26.879
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	2.720	377	(16)	3.081
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos				
para Negociação e Derivativos - IR/CS	17.672	2.046	-	19.718
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos				
para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	1.916	252	-	2.168
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos				
disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	17.472	17.250	-	34.722
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos				
disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	2.028	2.027	-	4.055
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.111	732	(1.161)	682
Outras Provisões Temporárias	15.476	-	(479)	14.997
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	212.702	46.838	(4.043)	255.497
Prejuízos Fiscais	125.178	-	(11.113)	114.065
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	337.880	46.838	(15.156)	369.562
Circulante	76.986			89.641
Longo Prazo	260.894			279.921

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.163	119.411	40.806	(23.478)	145.902
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Cíveis	1.318	4.505	177	(233)	5.767
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.252	6.042	1.767	-	19.061
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Trabalhistas	44	1.118	21	(57)	1.126
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos					
para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	1.397	17.476	-	18.873
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos					
para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	152	1.894	-	2.046
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	-	1.961	117	(1.292)	786
Outras Provisões Temporárias	724	16.387	-	(2.101)	15.010
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	22.501	150.973	62.258	(27.161)	208.571
Prejuízos Fiscais	154.940	-	-	(8.180)	146.760
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	177.441	150.973	62.258	(35.341)	355.331
Circulante	13.395				77.151
Longo Prazo	164.046				278.180

(1) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	31/03/2017				Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Prejuízos Fiscais	
2017	36.275	27.962	1.421	-	65.658
2018	52.332	41.705	1.895	-	95.932
2019	37.741	22.155	1.082	17.900	78.878
2020	12.317	7.360	811	26.162	46.650
2021	5.362	3.920	811	28.912	39.005
2022 a 2024	1.341	804	203	41.091	43.439
Total	145.368	103.906	6.223	114.065	369.562

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$311.959 (31/12/2016 - R\$281.990), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

10. Outros Créditos - Diversos

	31/03/2017	31/12/2016
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	150.878	147.922
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.308	1.135
Outros	16.316	15.899
Impostos e Contribuições a Compensar	9.468	9.198
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 19.d)	28.933	43.318
Outros	8.001	5.832
Total	214.904	223.304
Circulante	39.145	50.862
Longo Prazo	175.759	172.442

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.a), e tem a seguinte composição:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Veículos e Afins	2.058.187	2.128.337
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(854.976)	(890.649)
Superveniências de Depreciações	924.153	962.015
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	867	902
Total	2.128.260	2.200.634

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$37.862 (2016 - R\$236.974) no período, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

12. Imobilizado de Uso

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/03/2017</u> <u>Residual</u>	<u>31/12/2016</u> <u>Residual</u>
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.336	(601)	735	692
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(78)	37	39
Sistemas de Processamento de Dados	645	(441)	204	226
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	1.145	(301)	844	878
Total	3.241	(1.421)	1.820	1.835

13. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.881 (2016 - R\$5.588) como custo de aquisição e R\$3.487 (2016 - R\$3.325) de amortização acumulada.

14. Captação de Recursos
a) Depósitos

	<u>31/03/2017</u>			<u>31/12/2016</u>
	<u>Até 3 Meses</u>	<u>De 3 a 12</u> <u>Meses</u>	<u>Acima de 12</u> <u>Meses</u>	<u>Total</u>
Depósitos Interfinanceiros	760.215	267.975	361.122	1.389.312
Total	760.215	267.975	361.122	1.389.312
Circulante				1.028.190
Longo Prazo				361.122

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	<u>31/03/2017</u>			<u>31/12/2016</u>
	<u>Até 3 Meses</u>	<u>De 3 a 12</u> <u>Meses</u>	<u>Acima de 12</u> <u>Meses</u>	<u>Total</u>
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾	257.037	354.235	537.978	1.149.250
Letras Financeiras ⁽²⁾	224.124	818.760	1.766.403	2.809.287
Total	481.161	1.172.995	2.304.381	3.958.537
Circulante				1.654.156
Longo Prazo				2.304.381

⁽¹⁾ São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 100% a 104% do CDI (100% a 104% do CDI em 31/12/2016).

⁽²⁾ As principais características das Letras Financeiras são Prazo mínimo de dois anos, valor nominal de R\$ 2.643.950 e permissão para que o emissor resgate antecipadamente apenas 5% do montante emitido. Possuem prazo de vencimento até Janeiro de 2020.

15. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para Tributos Diferidos	231.096	241.930
Impostos e Contribuições a Pagar	3.073	13.232
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	30.883	-
Total	265.052	255.162
Circulante	33.969	13.935
Longo Prazo	231.083	241.227

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2017</u>
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	391	-	(391)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	43	-	(43)	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	889	-	(837)	52
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	103	-	(97)	6
Superveniência de Arrendamento Mercantil	240.504	-	(9.466)	231.038
Comissões Diferidas	-	-	-	-
Total	241.930	-	(10.834)	231.096

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2016
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	53.000	-	(38.914)	14.086
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	5.744	-	(4.218)	1.526
Superveniência de Arrendamento Mercantil	299.747	-	-	(5.734)	294.013
Comissões Diferidas	48	37	-	(67)	18
Total	299.795	58.781	-	(48.933)	309.643

16. Outras Obrigações - Diversas

	31/03/2017	31/12/2016
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.a)	1.380.121	1.426.947
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 17.b)	24.078	19.035
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais ⁽¹⁾ (Nota 17.b)	116.734	110.780
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	386.268	399.469
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos	821.972	781.318
Outras	84.165	81.886
Total	2.813.338	2.819.435
Circulante	1.188.161	1.203.420
Longo Prazo	1.625.177	1.616.015

(1) Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas".

17. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciários
a) Ativos Contingentes

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/03/2017	31/12/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	116.734	110.780
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	24.078	19.035
Ações Trabalhistas	7.380	6.476
Ações Cíveis	16.698	12.559
Total	140.812	129.815

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/03/2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	110.780	6.476	12.559
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	2.522	904	5.780
Atualização Monetária	3.435	-	-
Pagamentos	(3)	-	(1.641)
Saldo Final	116.734	7.380	16.698
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	150.878	1.308	-

	01/01 a 31/03/2016		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	32.550	102	3.066
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	1	48	1.423
Atualização Monetária	3.370	-	-
Pagamentos	(2.796)	-	(1.008)
Incorporação	69.273	2.486	10.012
Saldo Final	102.398	2.636	13.493
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	131.608	-	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - PIS e Cofins - R\$12.687 (31/12/2016 - R\$12.468): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$99.340 (31/12/2016 - R\$97.224): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$41.964 para ações cíveis, R\$4.135 para ações trabalhistas e R\$30.082 para ações fiscais (31/12/2016 - R\$55.621, R\$3.883 e R\$27.389, respectivamente). A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "b", "c" e "d".

18. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 31 de março de 2017 o capital social no valor de R\$985.225 (31/12/2016 - R\$985.225) é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Na Reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2016, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$97.828 (R\$230,37 para ações ordinárias e R\$253,41 para ações preferenciais, em reais por ação), correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R\$83.154 (R\$195,82 para ações ordinárias e R\$215,40 para ações preferenciais, em reais por ação) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2016, e foram pagos em 16 de janeiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2015, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$22.060 (R\$4.243,78 para ações ordinárias e R\$4.668,15 para ações preferenciais, em reais por ação), atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2015. O saldo foi parcialmente pago em 17/02/2016 no valor líquido de imposto de renda de R\$ 7.480 e o restante R\$11.271 em outubro de 2016.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

19. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2017 foi fixado o valor máximo de R\$3.424 (2016 - R\$3.436). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI e no Banco Santander.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Remuneração Fixa	363	337
Outras	26	320
Total	389	657

Adicionalmente, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$193 no período.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/03/2017	31/12/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Disponibilidades	24.895	23.610	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	24.895	23.610	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	17.011	520	3.125
Banco Santander ⁽³⁾	-	17.011	520	3.125
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	376.877	365.767	13.313	8.259
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	248.212	241.277	6.935	6.496
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	76.716	74.715	2.001	1.763
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	51.949	49.775	4.377	-
Operações de Crédito	910.876	859.313	21.789	18.986
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	3.969	4.357	8.193	10.550
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	464	643	1.401	1.622
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	4.666	4.089	12.195	6.814
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	537.791	505.008	-	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	363.985	345.216	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁶⁾	28.933	43.318	75.919	90.777
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	19.105	35.095	60.502	69.087
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	9.828	8.223	15.417	21.565
Administradora de Consórcio RCI Brasil	-	-	-	125

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/03/2017	31/12/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Depósitos Interfinanceiros	(659.589)	(589.376)	(20.311)	(33.047)
Banco Santander ⁽³⁾	(659.589)	(589.376)	(20.311)	(33.047)
Recursos de Aceites Cambiais	(502.182)	(472.783)	(14.696)	(13.014)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(414.901)	(395.488)	(12.299)	(13.014)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(81.538)	(73.606)	(2.269)	-
RCI Serviços e Participações Ltda. ⁽⁸⁾	(5.743)	(3.689)	(128)	-
Letras Financeiras	-	(65.723)	490	(10.821)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(65.723)	490	(10.821)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(83.154)	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	-	(49.983)	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	-	(33.171)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(28.649)	(20.216)	(12.992)	(10.790)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(1.839)	(1.653)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ^{(1) (5)}	(3.396)	(2.729)	(4.476)	(5.657)
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	(465)	-	(536)	(261)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(47)	(3)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(24.788)	(17.487)	(6.093)	(3.216)
Outras Obrigações - Diversas	(822.023)	(781.374)	(29.928)	(101)
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(133)	(97)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(5)	(4)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(38)	(51)	-	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(13)	(5)	-	-
Obrigações por Direitos Creditórios ⁽²⁾	(821.972)	(781.318)	(27.587)	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	-	-	(2.203)	-

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Controlada - Banco Santander Espanha

(8) Controladas da controladora RCI Banque

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas

20. Rendas de Tarifas Bancárias

Representadas, substancialmente, por tarifas de cadastro em operações de crédito no valor de R\$14.699 no período (2016 - R\$13.670).

21. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Serviços do Sistema Financeiro	5.754	5.394
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	10.130	9.147
Propaganda e Publicidade	3.216	1.798
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos (Nota 19.d)	4.476	5.657
Serviços de Processamento de Dados	4.877	1.367
Transportes e Viagens	405	546
Outras	2.256	2.355
Total	31.114	26.264

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	1.204	3.219
Atualização de Depósitos Judiciais	3.296	3.005
Atualização de Impostos a Compensar	1.323	1.117
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	660	905
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	5.363	6.327
Outras	941	850
Total	12.787	15.423

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de crédito.

23. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	9.186	5.044
Provisões Operacionais		
Fiscais	6.838	3.142
Cíveis (Nota 17.c)	5.780	1.423
Trabalhista (Nota 17.c)	904	48
Gastos com Contratos em Atraso	2.288	4.204
Outras	2.975	874
Total	27.971	14.735

24. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	6.654	8.067
Ganhos/Perdas de Capital	(27)	32
Total	6.627	8.099

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	56.803	(58.172)
Participações no Lucro	(1.626)	(260)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-
Resultado antes dos Impostos	55.177	(58.432)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% (2015 - 25% e 15%), Respectivamente ⁽¹⁾	(24.830)	26.294
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.321	1.169
CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais ⁽¹⁾	(6.886)	(1.654)
Demais Ajustes	3.830	(6.602)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.565)	19.207

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018

26. Evento Subsequente

Em abril de 2017 o Banco RCI efetuou emissão de Letras Financeiras no montante de R\$302.550 com prazo de vencimento de 25 meses e R\$297.450 com prazo de 36 meses.

Na AGE realizada em 28 de abril de 2017 foi aprovado o pagamento dos dividendos no valor de R\$210.000 com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro.

27. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as informações trimestrais do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Dominique Edmond Pierre Signora

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Géraud Henri Louis Lecerf
Marcus Alexandre Flores Manduca
Patrick Jean Michel Claude

Suplente do Presidente do Conselho

Alain Gérard Ballu

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Conrado Engel
Frederic Schneider
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Thomas Gregor Ilg

DIRETORIA

Diretor Presidente

Géraud Henri Louis Lecerf

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Diogo Novo Cesarino

Diretor Geral

Frederic Schneider

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP-269858/O-6

KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone 55 (41) 3544-4747, Fax 55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

O Banco registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada

no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às informações trimestrais nº 3.h.4. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do patrimônio líquido e do resultado em 31 de março de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias" acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245795/O-2